



ISSN 1984-5634

ARTIGO

A APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E DA VENEZUELA DURANTE A “ERA LULA-CHÁVEZ”

The diplomatic rapprochement amongst the governments of Brazil and Venezuela during the “Lula-Chavez Age”

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR¹
ALBA FRANCIMARA GONÇALVES TAVARES²
THAIS DA SILVA SANTOS³

RESUMO

Este artigo pretende analisar o desenvolvimento de relações bilaterais entre Brasil e Venezuela apresentando as circunstâncias que facilitaram uma maior aproximação diplomática entre os anos de 2003 e 2010, período conhecido como a “Era Lula-Chávez”. Argumenta-se que as relações deste período foram influenciadas principalmente pelas ações presidenciais no final dos anos 1970 e início de 1980 quando se estabelece efetivamente um contrato diplomático significativo para as duas nações. Ademais, destaca-se o papel da diplomacia responsável da década de 90 como elemento fundamental para as relações amistosas alcançadas entre os dois governos. É, contudo, com a entrada de Chávez e Lula ao poder que estes dois países desenvolvem de fato uma “aliança estratégica”.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Bilaterais. Cooperação. Era Lula-Chávez.

ABSTRACT

This article intends to analyze the development of bilateral relations between Brazil and Venezuela, presenting the circumstances that facilitated a greater diplomatic rapprochement between the years of 2003 and 2010, a period known as the “Lula-Chávez Age”. It argues that relations in this period were mainly influenced by the presidential actions in the late 1970s and early 1980s when a significant diplomatic contract was effectively established for both nations. Furthermore, we highlight the responsible diplomacy in the 90s as a fundamental piece to the friendly relations reached among the two governments. It is, however, with the Chávez and Lula elections that these two countries actually develop a “strategic alliance”.

KEYWORDS: Bilateral Relations. Cooperation. Lula-Chávez Age.

EDITOR-CHEFE:

Lúcio Geller Junior

EDITORA-GERENTE:

Maria Eduarda Magro

SUBMETIDO: 10.06.2020

ACEITO: 24.08.2021

COMO CITAR:

ELÍBIO JÚNIOR, A.M.;
TAVARES, A.F.G; SANTOS,
T.S. A aproximação
diplomática entre os governos
do Brasil e da Venezuela
durante a “Era Lula-Chávez”.
Aedós, v. 13, n. 30, p. 217-230,
jan.–jun., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: tonyelbio@hotmail.com

2 Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: albafrancimara@gmail.com

3 Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: santos_thais@hotmail.com

BRASIL E VENEZUELA: CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO

Este artigo pretende analisar o desenvolvimento das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela apresentando as circunstâncias que facilitaram uma maior aproximação diplomática entre os anos de 2003 e 2010, período conhecido como a “Era Lula-Chávez”. A integração entre os países sul-americanos é algo que, apesar de não muito trabalhado no contexto histórico das relações internacionais, é de extrema importância para o entendimento dos processos regionais na América Latina. O início de tal entrelaçamento de políticas possui razões principalmente na proximidade, como ocorre nos processos interativos entre Brasil e Venezuela, iniciados ainda no século XIX.

No entanto, a consolidação dos vínculos diretos só ocorreu a partir da década de 70, através dos encontros presidenciais e do adensamento diplomático entre os Estados. Desde então, Brasília e Caracas mantiveram relações políticas mais consolidadas, como consta nas centenas de arquivos pertencentes ao acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), concernentes às suas relações bilaterais.

Com o advento da Guerra Fria e expansão do processo globalizacional, a interdependência entre os dois países aumentou gradativamente, porém sem seguir um ritmo constante, com maior aprofundamento ao fim do século XX. Tais relações foram intensificadas sem precedentes na “Era Lula-Chávez”, período entre 2003 e 2010, na qual quase metade de todos os acordos já firmados entre os dois países foi assinada, transformando-se em uma “aliança estratégica”.

O presente artigo, substancialmente qualitativo, será dividido em quatro seções, nas quais serão discutidas as questões histórica, sistêmica, política, e, por fim, a recapitulação dos pontos de destaque nas considerações finais.

Buscaremos analisar as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela e quais circunstâncias contribuíram para uma aproximação diplomática durante a “Era Lula-Chávez”, assim como o caráter estratégico que a aliança adquiriu nesse período, a partir de uma visão mais liberal acerca das possibilidades de cooperação.

Para isso, é preciso avaliar os processos históricos que permeiam as ações políticas brasileiras, além de vislumbrar a configuração do sistema internacional, especialmente na América Latina, no contexto crescente de globalização. Também se faz importante meditar acerca do papel da integração regional no processo e compreender os pontos convergentes entre as políticas do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-presidente da Venezuela Hugo Rafael Chávez Frías.

Ao longo do artigo serão levantadas algumas hipóteses que fomentarão a discussão. A vizinhança, o advento da globalização e a coincidência entre as políticas do Brasil e da Venezuela serão encaradas como fatores decisivos para a maior aproximação entre os dois governos na primeira década do século XXI.

CONTEXTO HISTÓRICO

Os processos de integração regional, sobretudo no âmbito econômico, têm despertado interesse científico, tanto de estudiosos do tema, quanto dos formuladores de política externa. Centenas de acordos regionais, sub-regionais e bilaterais evidenciam movimentos em prol do estabelecimento de áreas de

livre-comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns, principalmente com o fito de liberalização e ampliação das relações econômicas no mundo globalizado. Neste sentido, a integração regional, especialmente a partir da segunda metade do século XX, tornou-se um componente fundamental das relações internacionais. Assim, dado certo destaque também ao aspecto geopolítico, a integração regional entre Brasil e Venezuela deve ser entendida a partir de seus antecedentes.

De acordo com Thiago Gehre Galvão (2011), a primeira razão para se estabelecer relações entre as duas nações se deve ao fator inevitável da geografia. Contudo, tal presunção se mostra falha se analisado o contexto regional dos Estados do meio sul. Historicamente, as relações entre Venezuela e Brasil, nunca foram tão intensas quanto as do Brasil com seus outros vizinhos mais ao sul: Paraguai, Uruguai e Argentina. As duas nações mantiveram um distanciamento por um longo período que, analisando-se o mapa político, pode ser explicado por sua geografia.

A economia brasileira foi, ao longo de sua formação, focada no sudeste do país, especialmente no estado de São Paulo. Já a Venezuela, país amazônico, que possui seu centro comercial na cidade de Caracas, fica a milhares de quilômetros do polo econômico brasileiro. Além desta muralha fronteiriça que a floresta representa, vale destacar que a Venezuela é uma grande exportadora de petróleo, e por isso tem, tradicionalmente, mantido como prioridade seus interesses quase exclusivamente voltados para o Caribe e, principalmente, os Estados Unidos.

As estratégias políticas assumiram novos rumos em 1974 quando, a convite do general Ernesto Geisel, assumiu a pasta das Relações Exteriores o diplomata Azeredo da Silveira - em virtude de suas conquistas como diplomata em uma das fases mais críticas das relações Brasil-Argentina - e o relacionamento brasileiro com a América Latina começou a ser fortalecido. Geisel declarou que daria uma nova direção à política externa do país. Numa visão conceituada como “pragmatismo responsável”, o presidente afirmou que buscaria a diversificação das alianças, a ampliação do comércio com outros países e o acesso a tecnologias mais atualizadas.

Desta forma, em 1977, reafirmando o ímpeto brasileiro em estabelecer contatos com os governos latino-americanos, Azeredo confirmou o interesse junto aos países vizinhos da Amazônia (Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Bolívia) com intuito de uma ocupação harmoniosa da região. Trata-se de um total de 36 documentos presentes no acervo do CPDOC-FGV – que compreendem desde o planejamento inicial até o ano posterior à assinatura do tratado, em 1979 – nos quais são discutidos a proposta e institucionalização de um acordo multilateral de promoção da cooperação técnica, com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento setorial da área. Na primeira página do primeiro documento, o então ministro das Relações Exteriores brasileiro deixa claro que uma institucionalização do proposto “também poderá exercer importante função catalisadora no movimento de integração latino-americana”.⁴

A visita do presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez à Brasília, em 16 de novembro de 1977, pode ser considerada histórica, dado que não só marcou uma reaproximação entre Brasil e Venezuela como pavimentou o caminho para o acordo que viria a ser conhecido como Pacto Amazônico. A reunião preparatória para o pacto contou com a presença de 26 diplomatas dos oito países interessados, que visava o desenvolvimento socioeconômico entre os países fronteiriços e a preservação dos aspectos

4 V Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

naturais e culturais da Floresta Amazônica. Em julho de 1978, o Pacto foi oficialmente denominado Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)⁵, com a ratificação venezuelana - embora tenha entrado em vigor apenas em agosto de 1980.

O embaixador Sérgio Moreira Lima afirmou que

O Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em 1978, foi um marco que teoricamente permitiria o desenvolvimento integrado da região no espaço ecológico de importância vital para o planeta. Com isso afastar-se-iam também as ideias, então em voga, de internacionalização da Amazônia. (LIMA, 2018, p. 26).

Neste aspecto, sendo a década de 1970 relevante para a consolidação de laços, a parceria entrou em uma fase positiva de desenvolvimento, a partir de 1994, com o Protocolo de La Guzmania - documento de natureza política que instituiu medidas com o propósito de criar vínculos permanentes entre o Brasil e a Venezuela, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento dos dois países e a integração de atividades econômicas fronteiriças - quando os presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera assinaram os mais importantes acordos e compromissos que abriram o caminho para as relações Brasil-Venezuela analisadas neste artigo (FUCCILE, 2008, p. 4).

Gabriel Moreira (2018) relata nesse documento que os presidentes dos dois países firmaram o compromisso de priorizar as relações bilaterais, elevando-as a uma nova dimensão, a fim de permitir o máximo aproveitamento das potencialidades de cooperação e integração, em consonância com sua vocação amazônica, sul-americana e latino-americana, além de exporem a intenção de “realizar encontros presidenciais frequentes” (MOREIRA, 2018, p. 180).

Em fins da década de 1990, a Política Externa Brasileira foi conduzida por Luiz Felipe Lampreia, chanceler do governo de Fernando Henrique Cardoso entre o período de 1995 e 2001. Em sua seção de documentos do acervo histórico da Fundação Getúlio Vargas consta um artigo que escreveu para publicação na Venezuela⁶, no qual apontou cinco elementos para o sucesso de uma parceria entre os dois governos. O primeiro elemento destacado foi a base democrática compartilhada por ambos, que seria favorável para a cooperação. A integração econômica - estruturada principalmente na integração regional, se caracterizou como outro aspecto comum, aliada à intensificação do comércio intrarregional latino-americano, e sobretudo à proximidade política entre os dois países. De acordo com Lampreia (1995), a intensificação geral das relações entre os países latino-americanos contribuiu significativamente na geração de incentivos ao desdobramento do bilateralismo regional.

O grau de proximidade política é outro elemento descrito pelo então chanceler, no qual cita alguns acordos multilaterais dos quais Brasil e Venezuela fazem parte, como o TCA. Tal elemento ganhou destaque com a chegada de Hugo Chávez ao poder, representando uma mudança nas bases ideacionais da região e impulsionando uma virada mais à esquerda de outros governos, também chamados de progressistas, na América do Sul. A eleição de Lula impulsionou ainda mais as relações entre os dois países.

5 TRATADO de Cooperação Amazônica. 3 de julho de 1978. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-e-legislacao/tratados/convencoes-meio-ambiente/tratado-de-cooperacao-amazonica.pdf/view>. Acesso em: 14 mai 2020.

6 V Arquivo Luiz Felipe Lampreia LFL pi Lampreia, L. F. 1995.05.19/2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

Segundo Moreira (2018, p. 184), foi a partir de 2005, quando as políticas de integração regional de Brasil e Venezuela criaram condições favoráveis para uma convergência neste relacionamento bilateral, que os presidentes Lula e Chávez decidiram constituir uma aliança estratégica entre o Brasil e a Venezuela, influenciados por este cenário de afinidades ideológicas e interesses semelhantes na política internacional.

As relações foram mantidas e intensificadas neste período, quando atingiram seu auge. No comunicado conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela (2005), os dois presidentes expuseram as semelhanças entre as duas nações que justificavam tal acordo ser possível:

Extensas fronteiras comuns, valiosos recursos energéticos, potencialidades humanas que ao longo da história se expressaram no âmbito científico, do pensamento econômico, social e político, uma rica criação cultural, vastas extensões territoriais cortadas por importantes rios, recursos naturais, extensos mares que se abrem para as comunicações, climas estáveis, e todo um somatório de possibilidades para a prosperidade de nossos povos.⁷

O que se engendrava, portanto, era a realização de possibilidades há muito discutidas. Além de terem como objetivo comum a redução e eliminação da pobreza em ambos os países, acordou-se que seria implementada uma estratégia comum para promover as capacidades de suas forças produtivas nacionais. Neste documento também consta que “Brasil e Venezuela consideram que a diversificação e ampliação das relações exteriores contribuem para a criação de uma nova geografia política, econômica e comercial mundial (...)”⁸.

Ademais, os dois países acordaram com um programa detalhado de iniciativas dos governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela para o desenvolvimento de ambos os países, que incluíam tópicos como Energia, Petroquímica e Gás; Mineração; Financiamento; Indústria e Comércio; Agricultura Familiar e Reforma Agrária; Turismo; Cooperação Técnica; Ciência e Tecnologia; Cooperação Militar.

SISTEMA INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO

Como se é de conhecimento, o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe ao sistema internacional uma ordem de estabilidade política conhecida como bipolar, com o poder oscilante entre os blocos capitalista e socialista.

No entanto, com o indício de surgimento do que se chamou “Nova Ordem Mundial”, as políticas dos países apresentaram maior flexibilidade, uma vez que se perde a noção dicotômica do alinhamento obrigatório. Deste modo, Pecequillo (2010) pontua que os processos de globalização no pós-Guerra Fria ganharam maiores motivações com a quebra dos constrangimentos bipolares. Isto é, a liberdade que foi empregada no âmbito internacional possibilitou alianças estratégicas entre países que, inicialmente, não se aliariam em um arranjo bipolar, ou não veriam como prioridade um alinhamento paralelo que não fosse com uma das grandes potências mundiais (PECEQUILO, 2021).

7 COMUNICADO Conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a sua implementação (18 de fevereiro de 2005) in RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 96, 1o semestre de 2005, Ano 32. p. 257-261.

8 COMUNICADO Conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a sua implementação (18 de fevereiro de 2005) in RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 96, 1o semestre de 2005, Ano 32. p. 257-261.

O caso brasileiro é semelhante ao citado anteriormente - apesar de as duas políticas nunca terem sido declaradamente rivais -, uma vez que o Brasil foi inclinado, de forma explícita, à política do bloco capitalista e a Venezuela foi membro atuante do Movimento dos Países Não-Alinhados. Assim, não é aconselhável negligenciar seu papel na intensificação dos laços entre os dois governos, especialmente quando essa intensificação se consolidou já no século XXI.

McGrew (2001, p. 19) define a globalização como sendo um processo histórico que envolve “a ampliação, aprofundamento, aceleração e impacto crescente da interconexão em nível mundial”. Ou seja, o mesmo engloba as transformações sociais e é capaz de interligar agentes de diversas comunidades, das mais próximas às mais afastadas. O processo globalizacional traz consigo dois aspectos que possuem tanto um caráter complementar quanto outro mutuamente excludente: a universalização de princípios e gradual dissolução das fronteiras e o processo de integração regional - que pressupõe alianças entre determinados Estados dentro de um arranjo geográfico, que não se configura “universal”. Neste ponto, tais aspectos convergem no quesito instigar a socialização entre diferentes governos (PECEQUILO, 2021).

A Venezuela particularmente iniciou seu protagonismo em escala global com a valorização do preço do petróleo pela OPEP na década de 70. O país é destaque na produção do mesmo até os dias atuais. Porém, naquela década a Venezuela passou a atuar ativamente na política internacional - no cenário mundial, através do Movimento dos Países Não-Alinhados e no plano hemisférico, a partir da criação do Sistema Econômico Latino-Americano (VIZENTINI, 2001).

Com a ascensão de Hugo Chávez ao poder, o destaque regional concebido à política venezuelana foi evidenciado ainda mais. De acordo com o internacionalista Thiago Gehre Galvão (2011)

A aparição de Hugo Chávez no contexto político latino-americano gerou um misto de curiosidade e apreensão entre acadêmicos, jornalistas, diplomatas e estadistas. [...] Chávez simbolizou, dentre outras coisas, o fim de uma era que se perpetuara na Venezuela desde 1958. (GEHRE, 2011, p. 447)

A entrada de Chávez no novo jogo significou renovação política, no sentido de que foi mecanismo de cumprimento do desejo popular, ansioso por mudança. Além disso, foi capaz de promover uma circulação de elites na Venezuela, o que, de certa forma, coincidia com a política de Lula sobre empoderar participativamente o povo, como elemento basilar para um governo democrático.

O PAPEL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Acerca do processo de integração regional, um exemplo comumente citado é o da integração europeia. No entanto, o modelo utilizado neste artigo será a integração na própria América Latina, e é, evidentemente, quase inconcebível tratar dos principais integradores sul-americanos - UNASUL, IIRSA, ALADI, Mercosul entre outros - sem fazer menção ao bolivarianismo, movimento altamente encorajado no governo chavista. Como explicita a rede jornal multiestatal para a América Telesur, em uma reportagem de 2018, o “legado de Chávez tiene entre sus puntos más emblemáticos la defensa de la integración latinoamericana”.⁹

⁹ TELESUR. *Brasil: Lula y Chávez, una amistad que fortaleció la integración de AL*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cnsxPaM24Io>. Acesso em: 25 de mar de 2020.

Primeiramente, a integração regional pode ser definida como o processo no qual se tem a obtenção, em uma determinada região, de um sentido de comunidade a partir da articulação de atores políticos, econômicos e sociais. Tais atores, estabelecem medidas capazes de assegurar as expectativas de mudança pacífica, para as populações envolvidas (DEUTSCH, 1982). Dentro desse cenário, compreende-se a Venezuela como potência secundária, ou seja, aquela que teria poder de contestar o protagonismo de uma potência regional a partir de arranjos cooperativos com outros países da região ou com alianças extra regionais. As potências secundárias seriam países que possuem recursos de poder materiais e “ideais relativamente menores do que as potências regionais e, portanto, ocupam uma segunda posição de poder na região” (GONÇALVES e ARAÚJO, 2018, p. 302).

Neste sentido, a presença do Brasil e da Venezuela são distintas na América do Sul, em virtude da capacidade destes dois países em articular diferentes padrões de relacionamento tanto com as grandes potências como os EUA, quanto com outros países da região. Outrossim, o Brasil seria na América do Sul - a partir de parâmetros como a capacidade econômica, a densidade demográfica e o mercado consumidor, a abundância de matérias primas e recursos naturais, a segurança energética, a atuação diplomática em fóruns e Organizações Internacionais, além da capacidade - a única potência regional. Enquanto isso, a Venezuela - bem como Argentina, Chile e Colômbia - seria uma potência secundária.

O país, que fortaleceu sua posição mediante a “diplomacia do petróleo” em função do alto preço desse insumo - se associou aos governos petistas para expandir sua influência regional. Segundo Cristina Gonçalves e Rafael Araújo (2018), a ascensão da Venezuela como potência secundária sob a gestão de Hugo Chávez (1999-2013) permitiu ao país esboçar uma estratégia de integração regional por meio da formulação da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana), cujo objetivo era construir, recuperar e modernizar os transportes, o sistema energético e de comunicações da região.

Foi a União de Nações Sul Americanas (UNASUL), no entanto, o maior símbolo de integração sul-americana. Originalmente composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela e Colômbia (embora esta última tenha saído do grupo no início de agosto de 2018), a UNASUL foi institucionalizada em 2008. Seus princípios, explícitos em seu preâmbulo, enfatizam a determinação em “construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura” (UNASUL, 2008).

Apesar de algumas características destoantes entre os integrantes do bloco, como a geografia territorial - que por sua vez poderia representar algo vantajoso para o Brasil - seu comprometimento em construir um futuro mais interdependente oferece maior confiabilidade a uma perspectiva de alianças futuras entre os países ativos. O próprio bloco ofereceu um ambiente para a discussão e negociação, o que contribuiu efetivamente para a aproximação diplomática entre Brasil e Venezuela.

Para destacar o compromisso brasileiro com a política de desenvolvimento da Venezuela, e a necessidade de construir um espaço político regional capaz de criar um bloco em um mundo de crescente multipolaridade, o chanceler Celso Amorim afirmou, em entrevista concedida em 2006 à revista *IstoÉ*, que

A integração da América do Sul é a prioridade principal. E não é a prioridade deste governo nem a minha, mas do Itamaraty como um todo, com base na realidade global. Temos que priorizar a América do Sul, porque o mundo está se unindo em blocos, e as Américas não formam um bloco. Há uma superpotência, outros países em desenvolvimento e ainda nações muito pequenas e pobres. Mas a América do Sul pode ser um bloco, que não é homogêneo, que tem suas turbulências, mas que tem condição de formar uma grande unidade com capacidade de negociar. Por isso a entrada da Venezuela no Mercosul foi tão importante.¹⁰

Tal fala vai ao encontro com o proposto pelo Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul¹¹, de 2006, ainda no auge da aproximação entre os dois governos. “REAFIRMANDO a importância da adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL para a consolidação do processo de integração da América do Sul no contexto da integração latino-americana.” Assim, o ideal de união sul-americana fomentou em grande medida tal entrelaçamento de políticas entre Brasília e Caracas.

No entanto, a aprovação do Protocolo de Adesão não foi consensual, e presente no time de oposição estava o ex-chanceler do governo de FHC. Lampreia relutou quanto à transparência e os pormenores do protocolo e escreveu diversos artigos contra o ingresso da Venezuela no Mercosul. Para o diplomata, a maneira como o Itamaraty conduzia a política externa brasileira no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), partido de Lula, representava uma “desfiliação” do Ocidente, um abandono ao pluralismo político e à observância jurídica, que o governo clamava possuir.

Em outubro de 2017, os Estados membros do bloco econômico decidiram por “Suspender a República Bolivariana da Venezuela de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul” até que haja a “reestabilização da ordem democrática na República Bolivariana da Venezuela” (MERCOSUL, 2017).

CONVERGÊNCIAS POLÍTICAS ENTRE BRASIL E VENEZUELA

Lula e Chávez seriam os primeiros representantes da que passou a ser conhecida como “onda vermelha” na América Latina. Esta crescente influência da esquerda na região trouxe a possibilidade destes dois países colocarem os temas pobreza e desigualdade social na agenda mundial. No início dos anos 2000, o contexto internacional favoreceu essa aproximação, principalmente em virtude do envolvimento dos EUA na Guerra do Afeganistão e do Iraque, como resultado provocado pelos atos terroristas em 11 de setembro de 2001. O governo Lula empreendeu diretrizes da sua política externa em direção ao subcontinente, favorecido pela agenda norte-americana que se voltou “à guerra ao terror”. Desta forma, o Itamaraty vai explorar esse cenário potencializando as relações Sul-Sul e diversificando as parcerias internacionais e o multilateralismo.

Em relação ao papel da política doméstica venezuelana na construção de um regime mais integrador, este seria imprescindível sem o elemento pelo qual ficou conhecida a política chavista: o bolivarianismo resgatado do líder político Simón Bolívar, que pressupunha a ideia de união do povo de língua espanhola sob uma confederação pan-americana. A recapitulação do movimento por

10 Entrevista do ministro Celso Amorim à revista *IstoÉ*, edição n.1936, 29 de novembro de 2006.

11 PROTOCOLO de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. Diário do Senado Federal, 23 dezembro de 2008. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/historico/acordos-mercotel/Anexo%20Dec.%20Leg.%20934%202009%20Adesao%20da%20Venezuela%20ao%20Mercotel.pdf>>.

parte de Hugo Chávez visava, a princípio, a união dos povos latino-americanos sob ideários comuns. Deste modo, Chávez se encontrava como o líder da revolução bolivariana que trouxe esperanças de mudança para um dos maiores países da América do Sul, e Lula gozava de prestígio internacional por ser o líder da esquerda que foi eleito após três derrotas, sendo reconhecido por trazer um sentimento de perseverança ao cenário mundial.

Neste aspecto, Cristina Pecequilo (2010) pontua que

A ascensão de Lula ao poder foi parte de um processo de renovação das esquerdas no continente latino-americano depois da crise dos anos 1990 e do surgimento de movimentos como o FSM. Nas Américas, este processo envolveu não só o Brasil, mas outras nações, em particular a Venezuela do Presidente Hugo Chávez que igualmente ofereceu uma alternativa de inserção ao modelo neoliberal. (PECEQUILO, 2010, p. 203)

Embora não tivessem a mesma popularidade no sistema internacional e não compartilhassem as mesmas exatas intenções, Lula e Chávez dispunham de um projeto que, segundo Denize Bacoccina, seria o mais importante da política externa dos dois presidentes: o fortalecimento das relações Sul-Sul, entre os países em desenvolvimento, e a integração da América do Sul (BACOCINA, 2008).

Assim, o processo de integração regional sul americano mostrou-se como estímulo mútuo para a maior cooperação entre os governos.

Isto se deve à complementaridade existente entre os dois países, à estratégica posição particular ocupada pela Venezuela na confluência dos diversos processos de integração subregional e, talvez o mais importante de tudo, à identidade de percepções, necessidades e objetivos esboçadas pelos dois países nos marcos dessa ampla problemática (VIZENTINI, 2001, p. 68).

Vizentini (2001) afirma ainda que outro fator responsável pela aproximação dos dois governos foi a retomada de confiança das autoridades políticas da Venezuela na diplomacia do Itamaraty após a redemocratização brasileira. Embora a funcionalidade do Ministério das Relações Exteriores brasileiro não diferisse substancialmente do período ditatorial, o país adotou, gradativamente, uma política internacional voltada para o subcontinente. O chanceler Celso Amorim, logo que assumiu o cargo, afirmou que a prioridade do governo Lula seria “indiscutivelmente a América do Sul” e por essa razão medidas que priorizassem os países da região, como a criação de uma subsecretaria no Itamaraty, seriam implementadas.

Quanto ao caráter das alianças, é incontestável a presença de elementos desenvolvimentistas agroeconômicos. Tais elementos se fizeram presentes, por exemplo, ao longo da crise alimentícia de 2009, na qual ocorreu o investimento conjunto dos dois Estados para o desenvolvimento do projeto criado pela empresa brasileira Embrapa, para o plantio de soja na região de El Tigre, na Venezuela. Durante entrevista dos dois presidentes concedida ao Planalto, Chávez salientou a importância da cooperação entre os dois países neste sentido, declarando que são o “Brasil y Venezuela juntos, tomando medidas para enfrentar esta crisis.” (Discurso, 2009).

Logo, a parceria que outrora fora relutante se solidificou e atingiu outras áreas, como a de energias não renováveis – com destaque para a produção de petróleo – e a mineração. Alguns políticos, como Fernando Henrique Cardoso, afirmaram que não era possível pensar em crescimento sem energia, fato

que justificava que as grandes obras de infraestrutura, no projeto de integração regional sul-americana, estivessem ligadas às agendas energéticas dos dois governos.

Outrossim, a parceria entre os dois governos sul-americanos encontrou fôlego no oportunismo presente nas gestões públicas. Isto é, o denominado “senso de oportunidade” resultante do apoio presidencial em situações problemáticas, a exemplo da crise de governabilidade da Venezuela nos anos de 2002 e 2003 na qual “em uma articulação entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o assessor especial Marco Aurélio Garcia foi enviado a Caracas para sinalizar o apoio do governo recém-eleito a Hugo Chávez.” (GEHRE, 2010, p. 29). Ali, o impasse institucional interno venezuelano, cujo caos entre o governo e opositores era mais parecido com um “diálogo de surdos”, abriu portas para a atuação brasileira na conservação da ordem regional.

Para a Política Externa Brasileira do momento, pautado na integração e na intensificação das relações latino-americanas, a estabilidade interna da Venezuela era de seu interesse e deveria ser preservada, no sentido de contribuir positivamente para a manutenção do equilíbrio no sistema interfronteiriço local. Além disso, fazem-se válidas as considerações acerca da sensibilidade do setor energético brasileiro, largamente objeto de investimentos e desenvolvido com bases fortes na importação de petróleo venezuelano.

“O último pilar da ‘aliança estratégica’, estabelecida entre 2003 e 2006, foi erguido pelos projetos de infraestrutura e pela organicidade com que os interesses empresariais brasileiros passaram a atuar na Venezuela.” (GEHRE, 2011, p. 486). De acordo com o então presidente Lula, o supracitado pacto se baseia em três pilares: o diálogo político, a ampliação do comércio de bens e serviços e a integração da infraestrutura. Deste modo, e mais relacionado às intenções dos dois líderes quanto às aparências de sua aliança, a política era sustentada nos pilares de uma relação amistosa.

É possível perceber, com base nos documentos que dizem respeito às relações bilaterais, que a preocupação em diversificar suas agendas políticas parecia ser o principal elemento de validação da parceria, gradualmente estabelecida nos alicerces da cordialidade, mais que qualquer outro (Esse trecho não está fluente). Além disso, a estratégia da Venezuela na sua relação de política externa com o Brasil, ao longo do período Lula-Chávez, permitiu a discussão de uma agenda social e de integração na América do Sul, alçando o país a uma condição de destaque no cenário internacional.

O relacionamento entre os dois países passou, no entanto, por alguns abalos e não seguiu caminhos de linearidade. Um momento de desconforto diplomático entre Brasil e Venezuela - talvez o mais tenso no relacionamento entre os países durante a Era Lula-Chávez - se deu com a crise da nacionalização de hidrocarbonetos na Bolívia.

Decretada em 1º de maio de 2006 pelo então presidente Evo Morales, a nacionalização recebeu apoio e incentivo por parte do governo venezuelano, o que desfavoreceu ainda mais o quadro brasileiro. O cenário que se tinha na Bolívia, de pressão social e das contínuas crises econômica e política, levou Evo Morales a iniciar uma campanha de “nacionalização” dos recursos naturais do país, incluindo gás e petróleo. Morales evidenciou que “essas riquezas têm de estar nas mãos dos bolivianos”¹², deixando

12 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060122_morealespossemb. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

Lula, em plena campanha eleitoral, em uma posição desfavorável, dado o papel da empresa brasileira Petrobras como maior investidora estrangeira do setor na Bolívia.

Além do previsível impacto que sofreria economicamente, o Brasil ainda se viu em um quadro de instabilidade com a Venezuela, após a declaração de Chávez em apoio à nacionalização anunciada por Morales. Enquanto a Venezuela propagava discursos anti-sistêmicos, isto é, declarações contestatórias ao próprio regime capitalista neoliberal, o Brasil de Lula se enquadrava melhor em um eixo revisionista (RUIZ, 2013).

Embora houvesse divergências na formulação das respectivas políticas externas, a noção de reconhecimento enquanto símbolos latinoamericanos não se perdeu. Neste sentido, Brasil e Venezuela mantiveram uma cumplicidade diplomática e ações de apoio não foram poupadas, como, por exemplo, o suporte venezuelano para a candidatura brasileira à vaga de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas – desejo brasileiro que constantemente foi, e ainda é, um elemento presente em sua Política Externa – em 2011, e à direção-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), em 2013, que significou muito para a amizade entre as nações, mesmo após o período analisado neste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações desenvolvidas entre Brasil e Venezuela durante os Governos de Hugo Chávez e Lula da Silva, permitiram o adensamento de uma aliança estratégica e o aprofundamento dos vínculos para a promoção de uma agenda regional, além de remontarem décadas de cooperação e diálogo. Foi na década de 1970 com um contrato formal entre as duas nações, por meio do Protocolo de La Guzmanía, e com a entrada de Hugo Chávez na presidência venezuelana em 1999, que efetivamente os dois países empreenderam intensidade cooperativa.

O ativismo diplomático brasileiro promoveu a ampliação do poder de negociação do país frente aos desafios de um mundo globalizado, instável e competitivo. Por sua vez, a Venezuela impulsionada pelo surgimento da Petroamerica e a alta dos preços internacionais do petróleo se consolidou como uma potência secundária durante os 13 anos de governo Chávez. Neste caso em especial, dólares provenientes das exportações dos hidrocarbonetos foram utilizados como instrumentos de poder da política externa chavista.

Foi a partir da ascensão de Lula ao poder no Brasil e a permanência da Venezuela chavista, que se desenvolveu a chamada “aliança estratégica” entre esses dois países. As relações entre as duas nações sul-americanas contribuíram para diversas ações de cooperação regional no âmbito da infraestrutura, da economia e também militar. A Venezuela, impulsionada pela alta do preço do petróleo entre 2003 e 2014, teve condições para se fortalecer regionalmente, inclusive com a compra de títulos da dívida pública argentina, na ocasião da sua reestruturação em 2005. Porém, vale ressaltar que, na tentativa de priorizar os interesses nacionais de cada país, ocorreram episódios de distanciamento destes governos, como na crise dos hidrocarbonetos em 2006, quando a Venezuela passou a apoiar ações da Bolívia divergentes dos interesses brasileiros.

Dentre os elementos fundamentais para a aproximação dos dois governos podemos apontar o papel imprescindível da integração regional como elemento fomentador de relações mais interdependentes em um recorte geográfico. Os impactos provenientes da globalização, dentre as hipóteses levantadas, exerceram influência no processo de integração regional.

Outro aspecto que coadunou com a intensificação dos laços foi a presença de elementos coincidentes em suas políticas. Ambos os governos, no período destacado, eram voltados para uma política progressista, com aspectos econômicos semelhantes.

Além disso, o interesse no desenvolvimento das áreas de infraestrutura e energia era comum aos dois países. Assim, com a disposição dos dois governos em construir uma América Latina mais integrada, visto que o prestígio internacional poderia ser maior com a formação de blocos e a união econômico-política das nações, os dois Estados puderam desenvolver mais alianças que em qualquer outro período de suas relações bilaterais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *Novos estudos*, p. 23-52, 91, nov. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a02n91.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ARCE, Anatólio Medeiros; SILVA, Marcos Antônio da. Revolução e Bolivarianismo na Venezuela da Era Chávez. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 3, n. 1, p. 132-145, mai. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/5039/4326>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BACOCINA, Denize. *Brasil e Venezuela: Aproximação e afastamento nos governos Lula e Chávez – 2003 a 2008*. Monografia (Pós-graduação em Relações Internacionais), Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CARMO, Marcia. Evo Morales diz que vai nacionalizar petróleo e gás. BBC Brasil, 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060122_morealespossemb. Acesso em: 06 ago. 2021.

COMUNICADO Conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a sua implementação (18 de fevereiro de 2005). In: *RESENHA de Política Exterior do Brasil*, v. 96, Ano 32. p. 257-261, 2005.

DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

ENTREVISTA do ministro Celso Amorim. *Revista IstoÉ*, edição n.1936, 29 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exterores-entrevistas/7895-entrevista-concedida-pelo-ministro-de-estado-das-relacoes-exterores-embaxador-celso-amorim-a-revista-istoe-publicada-na-sua-edicao-n-1936-de-29-de-novembro-de-2006-brasil-df>> Acesso em: 23 mar. 2020.

FUCCILLE, L. Alexandre. Segurança e defesa no cenário Sul-americano: um balanço das tensões entre realidade doméstica e plano externo. In: *IX Brazilian Studies Association Congress*, 2008, New Orleans (EUA). BRASA IX Papers and Abstracts, 2008.

GEHRE, Thiago. O sentido da parceria (1998-2010). In: GEHRE, Thiago. *Parceria relutante: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2010)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 446-509.

GEHRE, Thiago. O significado da parceria Brasil-Venezuela. *Carta Internacional*, v. 5, n. 2, p. 26-36, set. 2016. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/547/292/>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

GIRALDI, Renata. Brasil e Venezuela vão ampliar as relações comerciais, econômicas e industriais, diz Chávez. *Agência Brasil*, Brasília, 08 nov. 2011. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-11-08/brasil-e-venezuela-va-ao-ampliar-relacoes-comerciais-economicas-e-industriais-diz-chavez>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro; ARAUJO, Rafael. As políticas externas do Brasil e da Venezuela para a América do Sul entre 1999-2013: entre a cooperação e a competitividade. *Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas*, v. 12 n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16019>. Acesso em: 03 ago. 2021.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia, sobre relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, para publicação na Venezuela. *Ministério das relações Exteriores*, maio 1995. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ACER_LFL_PI&PagFis=1134>. Acesso em: 13 mai. 2020.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. Azeredo da Silveira e o Pragmatismo Responsável. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). *O Pragmatismo Responsável na Visão da Diplomacia e da Academia*. Brasília: FUNAG, 2018. p. 9-37.

LULA SILVA, Luiz Inácio; CHAVEZ, Hugo. Lula e Chávez comentam a cooperação entre Brasil e Venezuela. Entrevistador: Ricardo Stuckert. Brasília: Blog do Planalto, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dqeF5DloJS8>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MCGREW, Anthony. Globalization and Global Politics. In: BAYLIS, John, & SMITH, Steve (Ed.). *The globalisation of world politics: an introduction to International Relations*. Oxford: OUP, 2005, 3rd ed. p. 19-40.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de assinatura de atos com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Maracaibo, 16 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11145-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-assinatura-de-atos-com-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez-maracaibo-16-de-janeiro-de-2009>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MOREIRA, G. Boff. A construção da aliança estratégica: do Protocolo de La Guzmán ao engajamento brasileiro no projeto de desenvolvimento venezuelano. In: MOREIRA, G. Boff. *A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 179 – 212.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As Relações Internacionais do Brasil. In: PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do Candidato – Política Internacional*. Brasília: FUNAG, 2012. p. 179-267

PROTOCOLO de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. *Diário do Senado Federal*, 23 dezembro de 2008. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/historico/acordos-mercosul/Anexo%20Dec.%20Leg.%20934%202009%20Adesao%20da%20Venezuela%20ao%20Mercosul.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RUIZ, José Briceno. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. *Estudios Internacionales*, p 9-39, 2013.

SANTOS, Lucas Bispo. Integração regional e regionalismo. *Observatório Regionalismo*, 10 abr. 2017. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/artigos/glossary/integracao-regional-e-regionalismo/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SEITENFUS, R. O Brasil e suas relações internacionais. *Carta Internacional*, [S.l.], v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/405>. Acesso em: 4 ago. 2021.

SCHEIDT, Eduardo; ARAÚJO, Rafael; MAIA, Tatyana (orgs.) *Estado, Democracia e Movimentos sociais no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2019.

SILVA, Denyson Wesley Rufino da. Interdependência, integração regional e a UNASUL: uma contextualização. In: SILVA, Denyson Wesley Rufino da. *O caso da UNASUL em meio à ascensão de um novo modelo de integração regional sul-americano: um estudo com base nos conceitos de Joseph Nye e Karl Deutsch acerca do que constitui uma integração bem sucedida*. Tese (Mestrado em Relações Internacionais), João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2013.

SOUSA, Yan Santos de. *As relações entre Brasil e Venezuela (2003 – 2010): formação de uma aliança estratégica*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

TELESUR. *Brasil: Lula y Chávez, una amistad que fortaleció la integración de AL*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cnsxPaM24Io>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TOLEDO, Diego. Brasil e Venezuela nunca estiveram tão próximos, diz Lula. *BBC Brasil*, Caracas, 15 fev. 2005. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050214_lulachavezdtro.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2020.

TRATADO de Cooperação Amazônica. *Ministério Público Federal*, 3 de julho de 1978. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-e-legislacao/tratados/convencoes-meio-ambiente/tratado-de-cooperacao-amazonica.pdf/view>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

URRUTIA, Edmundo González. As Relações do Brasil com a Venezuela: da desconfiança à aliança estratégica. *Working Paper*, n. 15, Jul. 2011. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/arquivos/plataforma_democratica_working_paper_15_portugues.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

V Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

V Arquivo Luiz Felipe Lampreia LFL pi Lampreia, L. F. 1995.05.19/2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001). In: CARDIM, Carlos Henrique; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Venezuela: Visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 55-157.